

**LUTA PELA MORADIA E TRABALHO
PRECARIZADO NO ACAMPAMENTO URBANO DO
MNLM JORGE LUIZ, JOÃO PESSOA¹**

Kátia Cristina do Vale²

katiacrisvale@yahoo.com.br

Maria Franco Garcia³

mmartillo@gmail.com

RESUMO – Na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, existe um importante contingente de famílias que, além de não ter onde morar e/ou morar de forma precária, são incluídas de forma marginal pelos serviços públicos de saúde, educação, transporte e segurança, e excluídas do “mundo do trabalho da carteira assinada”. É a partir desta problemática que analisamos neste texto o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e o seu processo de territorialização na cidade de João Pessoa, com destaque para a realidade vivida nos acampamento urbano Jorge Luiz. A metodologia utilizada durante a nossa pesquisa se pautou na revisão bibliográfica e levantamento documental, e trabalho de campo. Tivemos oportunidade de visitarmos as famílias acampadas, com quem aplicamos questionários, e entrevistarmos junto aos coordenadores do MNLM de João Pessoa. A pesquisa revela como a precária condição de existência das famílias sem teto acampadas no Jorge Luiz, está imbricada à precarização do trabalho no espaço urbano.

Palavras-chave: Movimentos sociais urbanos; luta pela moradia; trabalho; acampamento

¹Este texto faz parte da Monografia de Bacharelado intitulada “Geografia da luta pela moradia em João Pessoa: o acampamento urbano do MNLM Jorge Luiz” Orientadora: Maria Franco.

²Bacharel em Geografia e aluna do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPB

³Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB. Bolsista CAPES/PRODOC. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT

INTRODUÇÃO

Durante a nossa pesquisa de Monografia de Bacharelato tivemos como objeto de estudo o acampamento Jorge Luiz localizado no bairro Boa Esperança em João Pessoa, no estado da Paraíba. O objetivo geral do trabalho foi estudar o processo de territorialização da luta popular pela moradia na capital deste estado. Para isso mapeamos os espaços ocupados pelo MNLM em João Pessoa, identificamos sua organização no espaço, as relações de trabalho que as famílias acampadas estabeleciam e as relações com o poder público que o acampamento constituía, especificamente com a prefeitura municipal.

Para melhor entendermos a luta da moradia através MNLM sentimos a necessidade de buscarmos juntamente com os coordenadores do Movimento a construção do histórico de atuação e os dados e informações que nos forneceram um mapa inicial da espacialização do Movimento na cidade. Também realizamos entrevistas com os coordenadores do MNLN na Paraíba e os responsáveis pelos acampamentos e comunidades.

. O trabalho de campo foi realizado em março de 2007, o universo da pesquisa foram duzentas e trinta famílias moradoras do Acampamento Jorge Luiz. Fazem parte da amostra sessenta e sete

famílias, que responderam aos questionários aplicados.

Para a concretização da pesquisa foram necessárias diversas visitas ao acampamento Jorge Luiz, a sede do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em João Pessoa e a Secretaria de Habitação da mesma cidade. Essas visitas foram realizadas entre o mês de março a maio de 2007.

A LUTA PELA MORADIA DO MNLM

Para Antunes (2005) a “classe-que-vive-do-trabalho” especificamente do segmento que recebe baixos salários na cidade, no Brasil, continua organizando-se em torno da luta por melhores condições de habitabilidade, por condições dignas de sobrevivência. Para classe trabalhadora que tem uma baixa renda a habitação passa a ser um sonho, no qual, a habitação/moradia é uma mercadoria de elevado custo em termos econômicos, o que implica que para possuir esta mercadoria é necessário ter capital/dinheiro. Segundo Correa 1989 apud. Gomes, 2006 “a habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer; não possui renda para pagar o

aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel”. (p.40)

É nesse contexto que grande número de famílias desprovidas das condições de habitação/moradia resolveram encontrar sua própria saída para a crise na habitação. Muitas famílias de trabalhadores e trabalhadoras de João Pessoa encontraram como alternativa para conquista da moradia digna a luta por meio de ocupações de espaços públicos e prédios abandonados, quebrando com a lógica de mercado do acesso a habitação fundamentado na propriedade privada. Essas ocupações no espaço urbano de João Pessoa se territorializaram em forma de acampamentos em de áreas de uso “público” e ocupações de “prédios”. Podemos afirmar que a “classe-que-vive-do-trabalho” identifica suas necessidades e cria formas de solucionar seus problemas. Garantir moradia para todos é o primeiro desafio do MNLM.

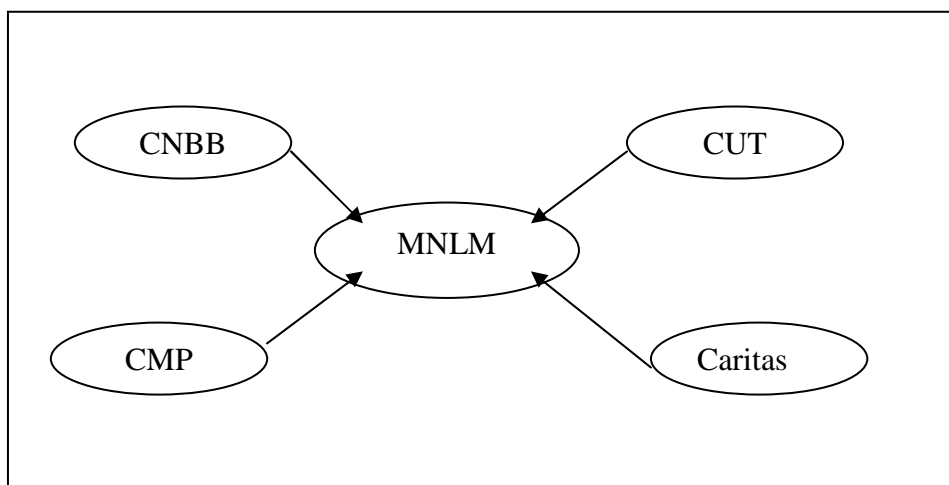
É dentro desse contexto que surgiu o Movimento Nacional de Luta pela

Moradia (MNLM), no qual milhares de famílias, se organizam para lutar por moradia digna em todo o Brasil.

O MNLM surge como tal em 1990 na realização do Iº Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Emenda Popular da Reforma Urbana apresentada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana durante o processo de elaboração da atual Constituição Brasileira. O encontro foi realizado em Goiânia e teve representação de treze estados. Podemos afirmar, no entanto, que o MNLM toma corpo, enquanto movimento, ao espacializar-se e territorializar-se através das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos.

Para viabilizar suas ações o Movimento contou com o apoio de vários órgãos, entre eles, como já foi apontado a CNBB, Cáritas e a Central de Movimentos Populares (CMP). Hoje, o movimento tem parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT:

Figura 1 – Entidades de apoio MNLM em escala nacional - 2007

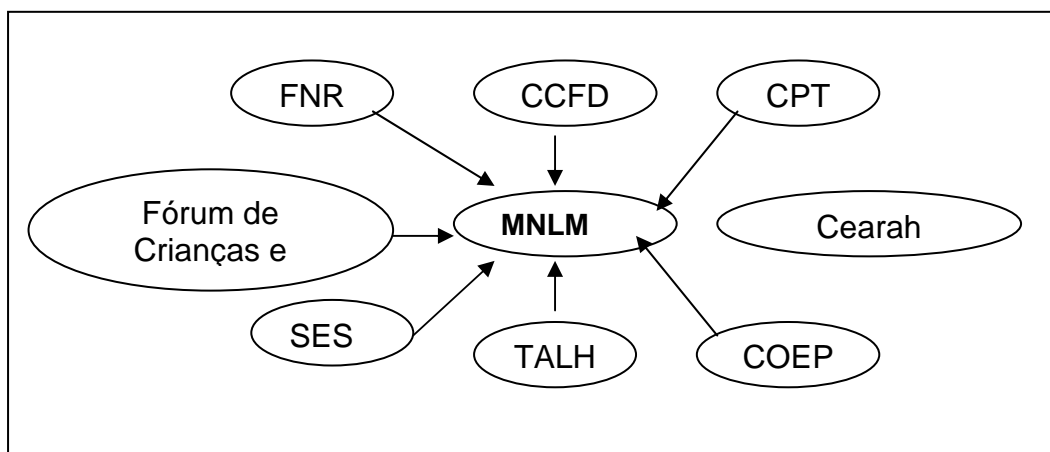


Fonte: Coordenação Estadual do MNLM – Pb, João Pessoa
Org. : Kátia Cristina do Vale, 2007

Na Paraíba o MNLM conta com o apoio do Comitê Catholique Contra La Faim Et Pou Lê Deveppement (CCFD), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cunho Coletivo Feminista, Fórum da Criança e Adolescente, Fórum Estadual de Reforma Urbana (FNRU), Comitê de Entidades no Combate a Fome pela Vida (COEP), SESC, TALHER, Cearah Periferia (Ver Figura 2).

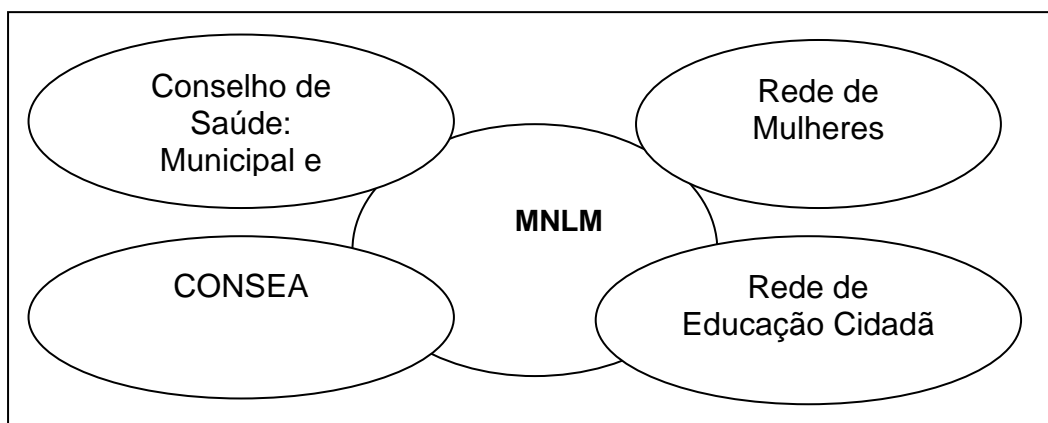
Vale ressaltar a participação do Movimento na Articulação Estadual de Políticas Públicas, filiado á Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, Conselho de Segurança Nutricional e Alimentação da Paraíba (CONSEA), Conselho de saúde: municipal e estadual e Rede de Educação Cidadã.(Ver Figura 3)

Figura 2- Entidades de apoio ao MNLM em escala estadual - 2007



Fonte: Coordenação Estadual do MNLM – Pb, João Pessoa
Org. : Kátia Cristina do Vale, 2007

Figura 3 – Participação do MNLM na Articulação Estadual de Políticas Públicas 2007



Fonte: Coordenação Estadual do MNLM - João Pessoa
Org.: Kátia Cristina do Vale, 2007

Notadamente, no Brasil as condições de vida da maioria dos trabalhadores não resultam em melhores condições dos padrões de vida, devidamente aos baixos e péssimos salários, como também uma alta concentração de renda; por conseguinte ela não tem acesso a terra e a habitação. Segundo Gomes (2006) a desigualdade social nas cidades brasileiras “é fruto de uma intensa e complexa divisão internacional do trabalho, e de uma urbanização acelerada de uma ordem urbanística caótica e excludente” (p.31). A precarização das relações de trabalho não pode deixar de ser considerada ao analisar as indignas condições de vida desses trabalhadores e trabalhadoras urbanos.

O cenário paraibano dos problemas sociais urbanos se agravou a partir da escassez de moradia, a elevação da demanda por esse bem de consumo duradouro, a distribuição desigual de renda

e a falta de uma política habitacional voltada para as famílias de baixa renda.

Assim a cada ano, especialmente a cada inverno, a situação de muitas famílias trabalhadoras sempre se agrava, pois centenas de famílias ficam desabrigadas. Essa situação de precariedade social extrema tem levado a muitas famílias no estado a se organizar para lutar por melhores condições de habitabilidade.

O MNLM NA PARAÍBA

Na Paraíba na década de 1990, as famílias que se encontravam desabrigadas e/ou em péssimas condições de habitabilidade procuravam a Caritas Arquidiocesana da Paraíba em busca de solucionar os problemas que enfrentavam naquele momento, como a falta de moradia digna. Atendendo ao apelo das

famílias foi criado um programa urbano que ajudou essas famílias a se organizarem criando um grupo de 10 favelas que juntas passaram a fazerem lutas conjuntas. (Arquivo da Sede do MNLM/JP,2007)

Em 1993, segundo a Coordenação do MNLM/JP, foi o ano em que a campanha da Fraternidade da Igreja Católica no Brasil, coordenada pela CNBB, cujo lema foi “*Onde Moras?*” deu um grande impulso a essa luta, criando em seguida o Movimento de Luta pela Moradia na Paraíba, filiando-se ao Movimento nacional em 1994.

A tabela 1 mostra os municípios e o número de famílias que estão cadastradas ao MNLM e que vivem em acampamentos urbanos e comunidades na Paraíba. O numero total de famílias que estão cadastrada é de 8.108. Além dessas famílias o Movimento acompanha cerca de 500 famílias sem teto que moram de aluguel ou em casa de parentes a espera de programas governamentais de construção de moradia.

Tabela 1: Número de famílias por municípios que vivem em acampamentos e comunidades do MNLM no Estado da Paraíba-2007

Municípios	Nº de Famílias
João Pessoa	3.300
Sapé	80
Bayeux	1.500
Cabedelo	107
Santa Rita	34
Patos	57
Alhandra	1.500
Guarabira	1.300

Salgado de São Felix	230
TOTAL DE FAMÍLIAS	8.108

Fonte: Coordenação Estadual do MNLM – 04/2007

Org.: Kátia Cristina do Vale

A questão da habitação, como destacamos está imbricada à precarização do mundo trabalho (Ikuta, 2001). Segundo Singer 1996 apud. GOMES, 2006 “a precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições” (p.36)

A questão da moradia segundo SILVA (1987,p.18)

[...] é um problema de ordem estrutural nas sociedades capitalistas. Isto significa dizer que ela se apresenta como defasagem na relação entre a oferta e a demanda, mas é determinada pelas relações de produção capitalista, em geral, e pelas específicas condições sociais de produção e comercialização de moradias.

Percebe-se que a moradia é uma mercadoria produzida segundo a lógica do capital no qual desempenha um papel significativo no processo de reprodução da força de trabalho. No entendimento de Gomes (2006): “a luta por moradia na cidade é antes de qualquer coisa a luta por trabalho e, não esta dissociada do processo produtivo geral as sociedade, construída

historicamente, uma relação indissociável entre espaço e sociedade.” (p.52)

Notadamente, a cidade de João Pessoa é produto de uma sociedade desigual, que ambas as dimensões, habitação e trabalho estão na nossa leitura imbricada. As habitações precárias são grande parte constituída pela classe trabalhadora de baixa renda ou mesmo daqueles que vivem na instabilidade do desemprego fazendo com que estas coexistam com as habitações abastadas das classes alta.

No entanto, para tentar mudar esta realidade dos trabalhos urbanos da cidade de João Pessoa o MNLM utiliza como estratégias políticas de mobilização para pressionar o poder municipal, estadual e federal as passeatas, a ocupação de terrenos vazios, a ocupação de antigos prédios e de prédios públicos que não estão cumprindo a função social ou seja estão desocupados

Portanto, estas formas de mobilizações estão presente em vários bairros da cidade de João Pessoa. Os acampamentos ocupam diversos espaços há aproximadamente seis anos. A sua localização corresponde-se com áreas pertencentes à Prefeitura Municipal de João Pessoa e seu objetivo é tornar a ocupação visível às autoridades e a sociedade a sua luta. A luta esta representada também em ocupações a prédios públicos, as famílias que hoje habitam esses prédios estão na

área há mais de 5 anos. Todos os prédios públicos são imóveis do Governo Federal e do Governo do Estado. As comunidades cadastradas ao MNLM lutam por melhores condições de habitabilidade e por infraestrutura urbana.

Nesse contexto, as ocupações são ações políticas e meios utilizados para pressionar o governo para que façam reforma urbana com moradia digna.

O ACAMPAMENTO URBANO JORGE LUIZ

No dia 09 de agosto de 2001 cerca de 600 famílias ocuparam a área que pertence a Prefeitura de João Pessoa no bairro Planalto Boa Esperança. A organização foi feita pelos militantes do MNLM que passaram 09 meses trabalhando para concretizar essa ocupação. A ocupação passou por várias etapas na sua organização: a primeira a coordenação do MNLM de João Pessoa, fez o levantamento das áreas que poderiam “ser ocupada” para as famílias sem-teto construir os acampamentos. Em seguida verificou-se a quem pertencia a terra e há quanto tempo estava desocupada. A segunda etapa consistiu na elaboração do cadastro e reconhecimento das famílias cadastradas.

O cadastramento é feito pela própria coordenação do MNLM-JP, os coordenadores fazem um levantamento de dados das famílias, no qual procuram saber quantas pessoas residem em um mesmo imóvel, a quantidade de crianças que há em cada família, se a família possui algum imóvel. A partir da realização de reuniões é que os coordenadores passam a identificar cada família.

O acampamento foi batizado com o nome de Jorge Luiz, em homenagem a um dos trabalhadores que lutava pelo acesso à moradia que morreu durante um momento de luta do Movimento. Os acampados reivindicam a falta de moradia, de saneamento básico de demais necessidades da população que reside na cidade de João Pessoa.

O acampamento Jorge Luiz foi organizado pelos trabalhadores de baixa renda que não tem uma moradia digna ou encontravam-se desabrigados. Os trabalhadores montaram os barracos. Os barracos são erguidos sem obedecer nenhuma técnica, são montados com madeira, com papelão, com plástico preto grosso, denominado de lona. Alguns barracos são cobertos com telhas *brasilite*, outros são cobertos com telhas cerâmica e outros são cobertos com lona e palha de coqueiro.

A construção dos barracos varia de família para família e depende a renda

familiar obtida. Alguns barracos possuíam alguma parede de algum cômodo de alvenaria. São alinhados de forma irregular, expressão das ocupações dos terrenos livres origina traçados de ruas irregulares, as ruas formam ziguezagues e ou pequenos e estreitos becos intransitáveis por veículos.

O sistema de abastecimento de água do acampamento é igualmente precário, os acampados utilizam água encanada clandestinamente; a iluminação é feita através de gambiarras; e o lixo é jogado ao ar livre, em uma área que foi reservada para os acampados jogarem seu lixo e depois a coleta pública vem recolher. A água utilizada nos barracos corre a céu aberto. Frequentemente, as crianças brincam descalças nesses esgotos, ficando assim expostas a inúmeras doenças infecto-contagiosas. Portanto, é fácil perceber o alto teor de contaminação ambiental imperante e as conseqüências sobre a saúde de seus moradores.

A situação dos acampados do Jorge Luiz se apresenta ainda mais deprimente quando consideramos que as famílias não utilizam urinol e banheiros, a eliminação dos dejetos é feita através da coleta de lixo. Os barracos não têm ligação com a rede de esgoto nem possuem fossa séptica.

Dessa forma os acampados sobrevivem em condições precárias. É uma população marginalizada, segregada e que padece de todos os males do caos urbano,

pelo sonho da casa própria. As famílias acampadas no Jorge Luiz representam a exclusão e precariedade de um modelo econômico que coloca à muitos dos seus membros na linha da miséria da sobrevivência cotidiana indigna, são famílias que dependem de ínfimos ingressos provenientes da economia informal, do “bico”, a camelotagem, as “diaristas” domésticas e a catação de lixo, ou da “reciclagem” como muitos entrevistados informaram. A cruel reprodução capitalista da cidade gera sua reprodução espacial.

Inferese nesta análise o quão profundo e deprimente é o estado de miséria, promiscuidade, marginalização e tantas seqüelas que afligem os acampados do Jorge Luiz, cuja péssima qualidade de moradia, os baixíssimos padrões de habitabilidade e a total ausência de infraestrutura sanitária apenas contribuem para extremar as precárias situações das famílias acampadas.

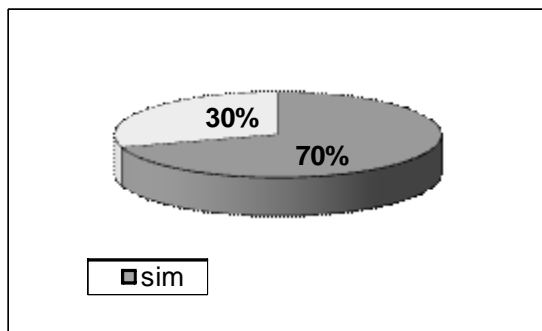
Através dos depoimentos recolhidos durante o nosso trabalho de campo podemos afirmar que as condições de vida das famílias que se encontram acampadas é crítica. Em geral, eles se dispõem essencialmente de áreas públicas, no qual não tenha perigo de deslizamento, que não seja ao longo dos rios, riachos:

[...] a gente tem que ocupar uma terra, então temos que ocupar uma terra boa não tem mais que esta ocupando área de risco, no tem mais que esta ocupando beira de mangue por que de fato as coisas no Brasil só funcionam na pressão...

(Coordenador no MNLM de João Pessoa – março de 2007)

De alguma maneira é preciso morar, pois morar é uma das necessidades básicas do indivíduo. Os acampamentos urbanos são uma maneira de lutar para conquistar a casa própria. O Gráfico 1, traduz que 70% dos acampados consideram que a sua vida melhorou depois de formar parte do Acampamento Jorge Luiz. Nos depoimentos constatamos motivos como o não pagamento de aluguel, o não pagamento dos serviços públicos como o abastecimento de água e de luz, a independência em relação aos parentes e pela conquista e satisfação da casa digna própria de se morar. Para 30% dos acampados a sua vida não melhorou, pois no acampamento não tem suas refeições diárias garantidas, chegando a passar necessidade, a impossibilidade de conseguir trabalho depois que passou a residir no acampamento, a falta de segurança ao morar em barracos como pela própria criminalidade que existe no acampamento.

Gráfico 1 - Percentual das famílias que consideram que sua vida melhorou ou não depois de se unirem ao MNLM e acampar



Fonte: Trabalho de Campo, abril de 2007.
Org.: Kátia Cristina do Vale

De toda forma, os acampamentos urbanos constituem uma solução de sobrevivência por representar uma diminuição nos gastos de moradia. Mas os acampamentos são condições de vida extremamente precária.

Com o objetivo de levantar informações referentes ao acesso à educação, visto que os acampados entrevistados do Jorge Luiz estão a mercê das decisões estaduais e municipais, incluímos em nosso estudo questões referentes ao nível de escolaridade entre os acampados. 27% da população pesquisada não tem instrução escolar, sendo portanto, considerados analfabetos; 6% dos entrevistados são alfabetizados; 58% possuem curso fundamental; e 9% cursam ou cursaram o ensino médio. Infere-se daí que a mão-de-obra não especializada constitui a quase totalidade da mão-de-obra existente no acampamento Jorge Luiz.

Vemos como a luta pela moradia vai além da luta pela casa própria, é também uma luta pelo direito à educação, assim como também à melhores condições de trabalho. Isto porque a questão da moradia deve ser entendida de maneira imbricada com a organização das relações do trabalho e com a delimitação da demanda por trabalho e emprego no espaço urbano, ou seja, tanto na esfera da produção quanto da reprodução da vida.

Analisando a luta pela moradia no ciclo do capital, ou seja, na esfera da produção e esfera da reprodução, devemos nos deparar entre o viver e o trabalhar. A moradia apresenta-se como um elemento fundamental para a reprodução do capital, e só poderá ser compreendida levando em conta todo o seu ciclo reprodutivo. Segundo Moreira (2003):

[...] dois modos de entender, e de conceituar o trabalho. Um, bem amplo, é der ver o trabalho como sendo aquela relação metabólica entre o homem-sociedade, e aquilo que a nossa cultura a partir do Renascimento vai designando por natureza, ou seja, a relação metabólica entre o homem e o meio, o homem e a natureza. (p. 42),

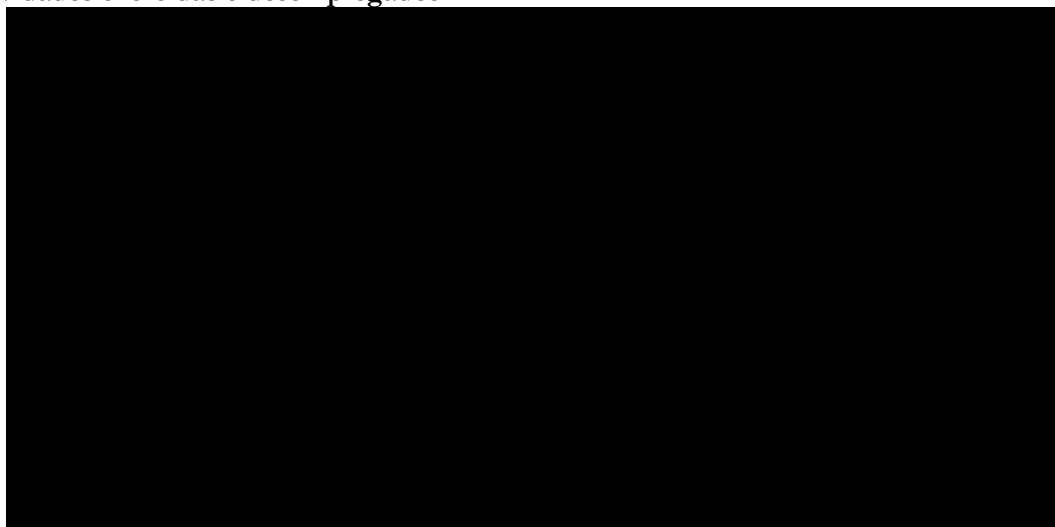
O segundo modo de entendimento do trabalho para é, “vê-lo como processo também, mas um processo mediante o qual o homem realiza o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade”

(p.42) O trabalho assim é entendido como relação metabólica entre o homem-sociedade e a natureza e como o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade esse modo de entendimento estão ligados, ou seja, são duas maneiras diferentes de dizer uma mesma coisa.

Deve-se atentar que, dos acampados que foram entrevistados, a elevada parcela de 49% se declara formalmente como desempregados e 51% exercem atividades remuneradas como

pode ser vista no gráfico 3. Dentro das atividades exercidas, os homens geralmente trabalham enquanto operários braçais na construção civil ou desempenham atividades autônomas como ambulantes, juntam materiais para a reciclagem e catadores de funções variadas e intermitentes. Enquanto, as mulheres que trabalham o fazem na condição de empregadas domésticas e catadoras de materiais recicláveis.

Gráfico 3: Percentual de acampados que recebem algum tipo de remuneração por atividades exercidas e desempregados



Fonte: Trabalho de Campo, abril de 2007.

Org.: Kátia Cristina do Vale

Dos 49% dos acampados que se declaram em situação de dificuldade de conseguir emprego e não exercem nenhuma atividade remunerada, 7% declaram ser devido a sua idade avançada. Trata-se de acampados com mais de 65 anos de idade; 21% afirmam que isso decorre da baixa qualificação profissional;

21% entendem que a sua situação decorre do preconceito em função da sua condição de moradia sem-teto ou acampados; 3% dos acampados declaram incapacitados por motivos de saúde; e os 48% restantes corresponde aos que declararam não poder trabalhar para cuidar dos filhos, que não estavam procurando e ninguém oferecia

nenhum tipo de trabalho, e outros disseram que está tudo muito difícil.

As atividades que os acampados do Jorge Luiz exerciam antes de ingressar no MNLM. Constatamos que 30% dos entrevistados não exerciam nenhuma atividade remunerada, 35% dos acampados exerciam atividade de empregada doméstica 4% dos homens entrevistados trabalhava na construção civil como pedreiro, 4%, era ocupado tanto pelo gênero feminino como masculino exercendo a atividade de auxiliar de serviço, considerando que todas as atividades não tinham registro na carteira profissional.

Desemprego, falta de registro em carteira, atividades por conta própria de características intermitentes e sobretudo, baixos níveis salariais, são condições freqüentes para todos aqueles que levam adiante a luta pela moradia, mas que, pela sua magnitude, fazem dos acampados um grupo cujos níveis de vida encontram-se abaixo dos padrões de subsistência necessários para um nível de vida no conjunto da classe trabalhadora. Não poderia ser diferente num sistema que transforma os homens em mercadorias para o capital, aviltando brutalmente o valor de venda de sua força de trabalho.

Dentro das condições de sobrevivência dos entrevistados acampados, constatou-se, que 78% das

famílias acampados têm uma renda mensal de menos de um salário mínimo, 22% de um a três salários mínimos e nenhuma das famílias acampada possui uma renda mensal acima de três salários mínimos.

É necessário frisar que os acampados constituem um extrato extremamente pobre. Pobre dentre os pobres, os acampamentos só podem encontrar como solução à luta por uma moradia digna. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo e não podendo pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário tem como única solução viver de forma precária nas áreas denominadas de aglomerados urbanos ou lutar pela casa própria junto aos movimentos sociais urbanos.

Os baixos níveis de renda dos acampados são indicadores claros de uma situação de miséria e absoluta insegurança econômica-social desses acampados. O baixo padrão de alimentação, saúde e moradia, esforço físico exigidos pelos trabalhos, geralmente pesados, atribui ao envelhecimento prematuro dos acampados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho expressar algumas especificidades da

questão da habitação no Brasil, ou mais propriamente, no âmbito da luta por uma moradia em João Pessoa, discutirmos esse processo a partir do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

O MNLM organiza famílias de trabalhadores que não tem onde morar e/ou moram de forma precária para luta por moradia e/ou moradia digna. Os trabalhadores encontram como alternativa de luta as ocupações a prédios públicos e terrenos vazios que pertencem a Prefeitura. Este movimento visa uma mudança social a partir de ações, tendo uma liderança ou não, possui um programa e objetivos, baseando-se numa mesma doutrina e princípio valorativo. O MNLM reivindica condições de vida dignas para moradores de rua e pessoas que moram em habitações precárias, ele tem como eixo de luta a reforma urbana compreendendo não apenas a questão da casa, mas todo o seu contexto: educação, saúde, economia, trabalho, comunicação, meio ambiente, mobilidade urbana, relações humanas etc.

Antes de morar no Acampamento Jorge Luiz, os trabalhadores não tinham condições para pagar por uma moradia, pois não recebiam um salário que cobrisse as despesas diárias com habitação, logo passavam a residir na casa de parentes ou moravam de aluguel, porém morar de aluguel aumentava o seu custo de vida. Posteriormente, para sair dessa realidade,

esses trabalhadores ocuparam uma área que pertence a Prefeitura da cidade.

Desta maneira, considerando os trabalhadores que vivem no acampados do Jorge Luiz, este encontram-se fora do mercado formal se submetendo a informalidade do trabalho e aos baixos salários para conseguir atingir um ganho que garanta a sua sobrevivência, noutro caso há a realização de mais de uma atividade no dia para conseguir atingir o patamar de ganho mínimo para a sua manutenção.

Os baixos níveis de renda dos acampados são indicadores claros de uma situação de miséria e absoluta insegurança econômica - social. O baixo padrão de alimentação, saúde e moradia, esforço físico exigidos pelos trabalhos, geralmente pesados, atribuem ao envelhecimento prematuro desses indivíduos.

Temos uma perspectiva de mudança pra essa realidade que é “O Projeto de reforma urbana”, o qual defende transformações legais e substantivas bastante significativas no sentido de coibir a especulação imobiliária e de equacionar a questão urbana e habitacional, ou seja a criação de limitações ao direito de propriedade de uso do solo, a permissão da desapropriação de terras urbanas sem exigência de pagamento à vista em dinheiro, o estabelecimento de uma política de locação que relacionasse o

valor do aluguel a renda familiar, e a criação de um imposto de habitação que taxe as transações e negócios imobiliários, fornecendo recursos à implantação de uma política habitacional popular, assim reduzindo o nível de segregação residencial.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Campinas, Ed.Cortez, 1997
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo, Boitempo, 1999
- Arquivo da Sede do MNLM/ João Pessoa / Paraíba
- GOMES, M. **A cidade dos olhos verdes.** Dissertação de Mestrado (Geografia) PPGG/UFPB, João Pessoa, 2005.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser na geografia.** São Paulo, Contexto, 2007
- IKUTA, F. “A luta pela moradia e o mundo do trabalho: unificando o “caracol e sua concha” **Pegada** vol.2,nº2, outubro, 2001 (pp.35-44)
- IKUTA, F. “As experiências do espaço da vida cotidiana e suas expressões no mundo do trabalho: novos referenciais para a mobilização social? **Pegada**, vol.4, nº 2, novembro 2003 (pp. 23-32)
- GOHN, M.da G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** São Paulo, Loyola, 1991
- GOHN, M.da G. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo, Loyola, 1997
- KOWARICK, L. **Espoliação urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980
- KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- THOMAZ, JR. “Por uma geografia do trabalho”. **Pegada**, vol.3, nº especial, agosto 2002 (pp. 4-26)
- THOMAZ, JR. “A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI” **Pegada**, vol.4, nº 2, novembro 2003 (pp. 5-22)
- THOMAZ, JR. “Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil)” **Pegada**, vol.7, nº 1, junho 2006 (pp. 7-40)